



Assembleia Municipal de Setúbal

Moção

Em defesa do estuário do Sado e do desenvolvimento harmonioso entre natureza e comunidades humanas

O projeto de melhoria das acessibilidades marítimas ao Porto de Setúbal, pela sua importância e eventuais impactos, tem suscitado um intenso debate na sociedade setubalense.

Em Setúbal ninguém é indiferente ao rio e ao que nele se passa, ninguém ignora a importância fundamental do estuário e do seu património natural, ninguém nega a ancestral e íntima ligação entre o Sado e Setúbal e a vocação portuária que ditou o nascimento e a afirmação de Setúbal.

O debate em torno deste projeto, tantas vezes marcado por falta de informação, por contradições, por avanços e recuos nas intenções anunciadas, não tem sido suficiente para um total esclarecimento das populações, permitindo as mais diversas opiniões e o levantamento, muitas vezes leviano, de suspeitas.

A Assembleia Municipal de Setúbal criou uma Comissão Eventual para o Acompanhamento deste processo que iniciou recentemente os seus trabalhos, reconhecendo assim a importância do tema e a necessidade de melhor conhecer os desenvolvimentos deste processo.

O último episódio conhecido em torno deste projeto, contrariando as afirmações feitas pela Sra. Presidente da Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra de abertura ao diálogo e admitindo a alteração do local previsto, prende-se com a emissão, pela DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de autorização para a deposição de materiais dragados na zona da Restinga, apesar das múltiplas objeções apresentadas e cientificamente sustentadas em diversos estudos e pareceres.

É nesse sentido que os pareceres da Câmara Municipal e das diversas organizações representativas do sector da pesca apontam e que agora parecem ser ignorados.





ATA DA SESSÃO DE 22/02/2019

Assembleia Municipal de Setúbal

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária de Fevereiro, no dia 22 de Fevereiro de 2019, delibera:

- 1- Considerar que a modernização e desenvolvimento do Porto de Setúbal não podem ser dissociados da firme exigência de salvaguarda do património ambiental e das atividades económicas que existem no estuário, designadamente, a pesca e o turismo;
- 2- Considerar que o objetivo de compatibilização deste projeto com a natureza e as demais atividades humanas é seriamente posto em causa com a insistência em depositar os dragados na zona da Restinga;
- 3- Exortar a APSS, sob tutela do Ministério do Mar, a concretizar o compromisso de junto da comunidade piscatória encontrar solução alternativa para a deposição dos dragados;
- 4- Exortar a APSS a prestar pública informação sobre as medidas prévias ao início da obra que necessitam de análise e aprovação da APA, de acordo com as condicionantes do Estudo de Impacte Ambiental.

Os eleitos da CDU,

